

RECURSO ESPECIAL Nº 1.752.272 - AM (2018/0163569-2)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
RECORRENTE : MUNICÍPIO DE MANAUS
PROCURADOR : MARGAUX GUERREIRO DE CASTRO E OUTRO(S) - AM003917
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MUNICÍPIO DE MANAUS, com fulcro na alínea “a” do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas assim ementado (e-STJ fl. 810):

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DIREITO DIFUSO. INTERESSE DE AGIR CONFIGURADO ESCOLA MUNICIPAL THEMÍSTOCLES PINHEIRO GADELHA. INFRAESTRUTURA PRECÁRIA. CRIANÇA E ADOLESCENTE. ABSOLUTA PRIORIDADE. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ORDEM EDUCACIONAL. OMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO. CONTROLE JUDICIAL. ASTREINTES. CABIMENTO. LIMITAÇÃO TEMPORAL PARA A COBRANÇA DE MULTA DIÁRIA. ART. 537 DO NCPC. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. O Ministério Público tem interesse processual ao propor ação civil pública na defesa dos interesses de ordem pública, difusos, coletivos ou individuais homogêneos, a exemplo, do direito à educação destinada às crianças e adolescentes. Art. 129 da Constituição Federal.
2. Não há ingerência indevida nas atribuições do Poder Executivo, mas apenas exercício do controle conferido ao Poder Judiciário quando impõe o cumprimento da obrigação de fazer em processo que objetiva a tutela de direitos assegurados à criança e ao adolescente, que, por se tratarem de pessoas em desenvolvimento, merecem tratamento prioritário por parte dos administradores públicos.
3. É vedado ao Poder Público, como forma de se eximir em executar política específica visando assegurar o direito à educação, alegar falta de disponibilidade financeira, invocando, para tanto, a lei de responsabilidade fiscal e o princípio da reserva do possível.
4. É cabível a aplicação de multa contra a Administração Municipal em caso de descumprimento de obrigação de fazer, necessitando a fixação de limite temporal da multa, nos termos do art. 537 do Novo Código de Processo Civil.
5. Recurso parcialmente provido.

Nas suas razões, a parte recorrente aponta violação do art. 537, § 1º, I, do CPC/2015 e defende que as astreintes foram fixadas em patamar excessivo.

Contrarrazões às e-STJ fls. 855/860.

Juízo positivo de admissibilidade pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 861/863).

Em parecer (e-STJ fls. 878/882), o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso especial.

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre destacar que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo 3).

Considerado isso, verifico que a irresignação recursal não merece prosperar.

Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça tem firmado o entendimento de que a revisão do valor da multa fixada por descumprimento de decisão judicial encontra óbice na Súmula 7 desta Corte, pois sua imposição advém das peculiaridades do caso concreto.

Somente em situações excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o *quantum* arbitrado, admite-se a reavaliação, em recurso especial, do montante fixado, o que não se observa no presente caso.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. IMPOSIÇÃO DE MULTA DIÁRIA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA COM RAZOABILIDADE (R\$ 10.000,00). REVISÃO DO VALOR ARBITRADO. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade, razão pela qual não há que se falar em violação ao art. 535 do CPC.
2. A revisão do valor fixado a título de multa por em decorrência do descumprimento de decisão judicial, encontra óbice na Súmula 7/STJ, uma vez que fora estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, a exemplo, da capacidade econômica do ofensor e do ofendido, e ao caráter pedagógico da indenização.
3. Somente é possível rever o valor a ser indenizado quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso.
4. Agravo Regimental do ESTADO DE PERNAMBUCO a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 392.829/PE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/04/2016, DJe 29/04/2016).

Na hipótese, nos autos da ação civil pública proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ, em 2012, deferiu-se liminar (em 2016) para determinar que o MUNICÍPIO DE MANAUS corrigisse as inconformidades estruturais na ESCOLA MUNICIPAL THEMÍSTOCLES PINHEIRO GADELHA (e-STJ fl. 714/716), sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Superior Tribunal de Justiça

A referida multa diária foi confirmada na sentença (e-STJ fl. 738/752) e mantida pelo Tribunal de origem, sob o entendimento de que "o estabelecimento escolar não possui o mínimo de infraestrutura necessário para garantir às crianças que frequentam e, aos pais, que deixam seus filhos sob poder do município, a sensação de segurança e a garantia do bem-estar" (e-STJ fl. 816), bem como que "não há mais espaço para a Administração Pública, como forma de se eximir da obrigação, alegar falta de disponibilidade financeira, invocando, para tanto, a lei de responsabilidade fiscal e o princípio da reserva do possível, mormente quando já passados praticamente 10 (dez) anos da constatação das irregularidades (junho/2008, fls. 37/41)" (e-STJ fl. 819).

A Corte de origem revisou a sentença apenas para fixar o limite temporal multa diária em 100 (cem) dias (e-STJ fl. 822), de modo a inviabilizar qualquer reparo no âmbito do STJ.

Reporto-me, também, ao bem lançado parecer ministerial, às e-STJ fls. 878/882.

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator